



**Governo do Estado de São Paulo**  
Secretaria de Governo  
Ouvidoria Geral do Estado



**Despacho**

**Assunto:** DECISÃO OGE/LAI nº 258/2021  
**Número de referência:** PROTOCOLO SIC [REDACTED]

**SECRETARIA:** Secretaria Estadual da Habitação

**UNIDADE:** Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano - CDHU

**ASSUNTO:** Pedido de informação formulado por [REDACTED]

**EMENTA:** Solicitação de informações sobre adesão a casas populares e a extinção do órgão. Inovação recursal. Não conhecimento.

**DECISÃO OGE/LAI nº 258/2021**

1. Trata o presente expediente de pedido formulado à Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano - CDHU, conforme consta do Protocolo SIC em epígrafe, para solicitação de informações sobre adesão a casas populares e a extinção do órgão.
2. Em resposta e em recurso, mesmo não sendo objeto da Lei federal nº 12.527, de 18 de novembro de 2011 (Lei de Acesso à informação - LAI), o órgão informou o que dispunha. Insatisfeito, o solicitante apresentou o presente apelo revisional, cabível a esta Ouvidoria Geral conforme atribuição estipulada pelo artigo 32 do Decreto estadual nº 61.175 de 18 de março de 2015.
3. Em análise do caso concreto, verifica-se que o requerente inovou em grau recursal, solicitando que o órgão enviasse o laudo técnico, que não foi solicitado inicialmente.
4. A realização de um novo pedido em grau recursal configura inovação recursal, subtraindo ao órgão a oportunidade de se manifestar sobre o pedido, atendendo-o espontaneamente no prazo de 20 (vinte) dias, legalmente fixado, ou apontando a existência de excepcional circunstância de restrição de acesso, e do cidadão a possibilidade de todos graus recursais previstos administrativamente.
5. Assim, inevitável a conclusão de que, no presente caso, o recurso não encontra respaldo na legislação vigente para ser conhecido, pois carece de motivação e do pressuposto recursal da negativa de acesso (artigo 20 caput do Decreto nº 58.052, de 16 de maio de 2012).
6. No caso apresentado, o órgão ainda informou o canal correto e o procedimento necessário para acesso à informação solicitada.
7. Considerando que o pedido não almeja reforma da resposta ofertada pelo ente, **não conheço do recurso**, ausentes quaisquer das hipóteses recursais previstas no artigo 20 e seus incisos do Decreto nº 58.052/2012.
8. Publique-se no sistema eletrônico do Serviço de Informações ao Cidadão - SIC, para

Classif. documental	999.99.99.999
---------------------	---------------

**Governo do Estado de São Paulo**

Secretaria de Governo

Ouvidoria Geral do Estado

ciência aos interessados. Na ausência de nova manifestação no prazo de 15 (quinze) dias, arquivem-se os autos.



São Paulo, 22 de junho de 2021.

Antonio Carlos Santa Izabel

Ouvidor Geral do Estado

Ouvidoria Geral do Estado